



CONTRATO N.º 156/ 2023

Dispensa de Licitação

Processo n.º 19.05.0395.0000002/2023-50

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE FORMA INDIRETA E CONTÍNUA, MEDIANTE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, ATRAVÉS DOS POSTOS DE TRABALHO DE SERVENTE, COPEIRA, GARÇOM E RECEPCIONISTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO E ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DOS ESTADOS DO ACRE, AMAPÁ, BAHIA, ESPÍRITO SANTO, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, RORAIMA, RONDÔNIA E AMAZONAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE E A EMPRESA ALFA E OMEGA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.034.450/0001-56, com sede na Rua Marechal Deodoro, n.º 472, Ipase, Rio Branco/AC, neste ato representado por sua Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MPAC em substituição, Marcela Cristina Ozório, brasileira, delegada pela Portaria PGJ n.º 834/2022, portadora da Carteira de Identidade n.º 65*39 - SSP/RO e inscrita no CPF/MF n.º 64.*42-49, domiciliada e residente neste Município, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa Alfa e Omega Serviços Terceirizados LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 16.650.774/0001-06, e Inscrição Estadual n.º 07.618.068/001-31, com sede na Q SAAN Quadra 02, Lotes 1130 e 1140, Parte, Zona Industrial – CEP: 70.632-220, Brasília-DF, Tel: (61) 3322-4463, e-mail: alfaomegast@gmail.com, neste ato representada por Éricka R. Ferreira, brasileira, portadora da CNH n.º 023***58418 e inscrita no CPF/MF n.º 789.***.***-91, residente e domiciliada em Setor Sudoeste/DF, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente contrato em conformidade com o que dispõe a Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I - Contratação direta emergencial de empresa por dispensa de licitação, para prestação de serviços terceirizados, mediante dedicação exclusiva de mão de obra, através dos postos de trabalho de Servente, copeira, garçom e recepcionista, para atender as necessidades do Escritório de Representação e Atuação Institucional dos Estados do Acre, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, Rondônia e Amazonas denominados neste instrumento por órgãos conveniados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência n.º 099/2023, de acordo com as quantidades e especificações constantes na tabela anexa a este contrato e em conformidade com a proposta apresentada, que, com seus anexos, integram este termo, independentemente de transcrição para todos os fins e efeitos legais;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DA LICITAÇÃO

I - Dispensou-se a licitação objeto do presente instrumento, consoante ao art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS, DESCRIÇÕES DOS CARGOS E QUANTITATIVOS

I - Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de forma indireta e contínua, mediante dedicação exclusiva de mão de obra, através dos postos de trabalho de Servente, copeira, garçom e recepcionista, no Distrito Federal, conforme detalhamento



abaixo:

II - Quadro de profissionais e salários base

II.1 - O quadro abaixo demonstra os profissionais que serão necessários à execução do objeto desta licitação, com suas respectivas remunerações mínimas baseadas na Convenção Coletiva de Trabalho n.º DF000037/2023, vigente na presente data, ficando a empresa vencedora ciente de que a remuneração bruta, inclui os demais benefícios previstos na Convenção Coletiva da categoria. Os cargos consistem em:

| Postos de trabalho (capital e interior) | Salário base mínimo de referência (R\$) | CBO |
|--|--|---------|
| Servente de limpeza | 1.515,92 | 5143-20 |
| Copeiro | 1.515,92 | 5134-25 |
| Garçom | 2.238,10 | 5134-05 |
| Recepcionista | 2.238,10 | 4221-05 |

II.2 - Na proposta de preços os valores dos salários devem ser no mínimo os vigentes à data do último dissídio, acordo ou convenção coletiva da categoria profissional, sendo a data-base para reajuste, aquele devidamente previsto nos instrumentos supracitados, salvo se menores que o salário-mínimo nacional quando este prevalecerá;

III - Relação dos postos de serviço e quantitativos

III.1 - O quadro abaixo demonstra o quantitativo de postos de trabalho para contratação imediata:

| Postos de trabalho | | m2 / Qtd. Postos |
|---------------------|---|------------------|
| Servente de limpeza | Áreas internas - Pisos frios/acarpetado | 681,31 m² |
| | Áreas internas - Banheiros | 47,69 m² |
| Copeiro | | 01 |
| Garçom | | 01 |
| Recepcionista | | 01 |

III.2 - Os índices de produtividade mínima da mão de obra, referente ao posto de servente de limpeza, foram definidos em conformidade com as disposições constantes da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5, de 2017, e buscando fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.

| LOCAL | Área (m²) | Qtd. Neces. Servente |
|--|---------------|----------------------|
| I - ÁREA INTERNA | 727 m² | 1,08 |
| Áreas internas - Pisos frios | 681,31 m² | 0,85 |
| Áreas internas - Banheiros | 47,69 m² | 0,23 |
| QUANTIDADE DE SERVENTE PARA CONTRATAÇÃO | | 01 |

IV - Descrição dos cargos

1.1. Servente

1.1.1 Serviços de limpeza, conservação e higienização correspondente à produtividade (mínima) x tamanho da área. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

ÁREAS INTERNAS



1.1.2 Requisitos:

- a) Alfabetizado;
- b) Iniciativa;
- c) Boa comunicação;
- d) Boa postura;
- e) Facilidade de relacionamento;

1.2. Copeiro

1.2.1 Executar tarefas relacionadas à elaboração de refeições e bebidas, como, preparar e servir sucos e cafés, água mineral, chás de infusão, biscoitos, bolachas, etc.; receber, conferir, separar e armazenar os gêneros alimentícios; cuidar da higienização de utensílios, equipamentos e local de trabalho; operar aparelhos ou equipamentos de preparo e manipulação dos gêneros alimentícios e aparelhos de aquecimento ou refrigeração; executar o tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho; zelar pela guarda e conservação, manutenção dos equipamentos utilizados no trabalho; recolocar rigorosamente em seus devidos lugares, todos os materiais de copa ou qualquer outro existente, principalmente copos, xícaras e talheres usados, bem como providenciar para que todas as janelas e porta sejam fechadas, as luzes apagadas e máquinas elétricas desligadas; As copas deverão ser varridas e lavadas tantas vezes quantas forem necessárias; executar outras tarefas correlatas.

1.2.2 Requisitos:

- a) Ensino fundamental
- b) Experiência ou curso na área;
- c) Iniciativa;
- d) Boa comunicação;
- e) Boa postura;
- f) Facilidade de relacionamento;

1.3. GARÇOM

1.3.1 Atendem os clientes, servem alimentos e bebidas nos gabinetes e demais ambientes e eventos que se fizerem necessários, etc. Manipulam alimentos e preparam sucos, drinks, etc. Realizam serviços de fornecimento de gêneros alimentícios em geral, bem como o recolhimento das xícaras, copos, talheres, etc.

1.3.2 Requisitos:

- a) Alfabetizado;
- b) Experiência ou curso na área;
- c) Iniciativa;
- d) Boa comunicação;
- e) Boa postura;
- f) Facilidade de relacionamento;

1.4. RECEPCIONISTA

1.4.1 Atender público externo e interno; através da recepção, identificar todas as pessoas que adentram nas dependências do órgão; Encaminhar as pessoas primordialmente às áreas que pretendem contatar; Controlar as entradas e saídas de pessoas; Comunicar sempre ao setor de destino que alguém deseja ser conduzido àquele setor, para que haja a prévia autorização; Atender e efetuar ligações telefônicas na respectiva área de atuação; Atender pessoal interno dentro de sua área de atuação; Estar à disposição do CONTRATANTE para prováveis remanejamentos internos à critério das Instituições e do interesse público; Comunicar quaisquer ocorrências à Administração para tomada de providências; Ter compromisso com as Instituições e com o interesse público em detrimento dos interesses individuais; Executar demais tarefas correlatas;

1.4.2 Requisitos:

- a) Ensino médio completo;
- b) Experiência ou curso na área de atendimento ao público;
- c) possuir habilidades nas áreas de informática, digitação e redação;
- d) Ter experiência em trabalho em equipe;
- e) Demonstrar: senso de organização, responsabilidade, sensibilidade (para o trato com pessoas em situação de vulnerabilidade), capacidade de concentração, dedicação, criatividade, discernimento, síntese, iniciativa, disponibilidade, flexibilidade, boa comunicação e interatividade;
- f) absorver novas tecnologias; agir com responsabilidade; manter-se atualizado e ter conhecimentos na área.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, DO LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

I - O prazo de início de execução será de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;

II - Os serviços serão prestados no seguinte endereço: SAFS Quadra2 Q2 Ed. Via Esplanada, Brasília-DF;



III - Os serviços serão prestados no seguinte horário: entre 8h às 12h e 14 às 18h.

IV - A carga horária será de: 44 horas semanais.

IV.1 - Durante a vigência do contrato, de acordo com a sua conveniência ou necessidade, o CONTRATANTE poderá alterar os horários de expedientes inicialmente estipulados, mediante comunicação escrita à empresa vencedora, com antecedência de 02 (dois) dias úteis.

IV.2 - Tendo em vista o não comprometimento do bom andamento das atividades do CONTRATANTE, caso haja necessidade, alguns serviços poderão ser executados fora do horário normal de expediente, bem como, aos sábados, domingos e feriados.

Deverá ser adotado um sistema de banco de horas, conforme discriminado nos itens 3.14 e 3.15 do Termo de Referência, da seguinte forma:

- a)** O CONTRATANTE deverá adotar um sistema de banco de horas onde as horas trabalhadas/não trabalhadas, serão compensadas em outro dia;
- b)** Esse sistema de banco de horas poderá ser utilizado nos momentos de pouca atividade ou redução de horário do CONTRATANTE para reduzir a jornada normal dos empregados durante um período, sem redução do salário, permanecendo um crédito de horas para utilização quando houver necessidade;
- c)** O sistema será utilizado, ainda, quando houver necessidade de estender a jornada de trabalho, além da jornada normal, durante o período em que o alto volume de atividade permanecer;
- d)** O preposto indicado pela CONTRATADA será o responsável por manter o controle do banco de horas, computando todas as horas não trabalhadas ou horas extras e o saldo respectivo, por empregado, sob a supervisão do fiscal do contrato;
- e)** O preposto indicado pela CONTRATADA será responsável pelo levantamento mensal das horas lançadas a crédito e as debitadas, com a assinatura do empregado, para que não haja dúvida sobre a efetiva compensação;
- f)** Fica resguardado o direito aos empregados consultarem os respectivos créditos/débitos do saldo, devendo fazer as solicitações diretamente ao preposto indicado pela CONTRATADA;
- g)** Deverão ser observadas as demais normas sobre o banco de horas, quando previstas nos acordos ou dissídios coletivos da categoria;

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

I - Os serviços serão recebidos provisoriamente, após entrega pelo fornecedor, de todos os documentos relacionados no Anexo I do Termo de Referência, no prazo de até 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, alínea “a”, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022);

II - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

III - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

IV - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

V - O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;



VI - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

a) O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

b) O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

VII - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

VIII - A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

IX - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

X - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

XI - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

XII - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

XIII - Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

e) Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela



fiscalização e gestão;

XIV - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

XV - Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

XVI - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

I - O valor mensal do presente contrato será de R\$ 66.342,81 (sessenta e seis mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e um centavos), conforme Nota de Empenho n.º 2023/1570, já incluídos todos os impostos, taxas e demais despesas, tais como frete, embalagens, seguro e quaisquer outras que sejam pertinentes, com valores unitários conforme tabela anexa a este contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - Prazo de pagamento

I.1 - O prazo para pagamento será agrupado por período e serão executados pela Diretoria de Finanças nas datas estabelecidas no Anexo I da Instrução Normativa nº 002/2023/SG no âmbito do Ministério Público do Estado do Acre, em respeito a ordem cronológica de liquidação estabelecida no documento fiscal e à disponibilidade financeira das fontes de recursos;

I.2 - No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;

II - Forma de pagamento

II.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ/AC;

II.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

II.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

II.4 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

III - A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

IV - A Nota fiscal/fatura deverá conter a descrição do objeto detalhado nos termos da proposta homologada;

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - Os recursos orçamentários previstos e destinados à cobertura das despesas objeto deste contrato sairão por conta do Programa de Trabalho: 304.001.03.091.2283.2646 – Manutenção e Gestão da Estrutura Operacional do MPAC; Elemento de Despesa:



3.3.90.37.00.01.00.00 – Locação de Mão de Obra – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional. IV) Fonte de Recurso: 1701.0200 - Outras Transferências de Convênios dos Estados e 1500.0100 – Recursos Próprios;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- I** - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais de execução dos serviços;
- II** - Indicar as áreas onde os serviços serão executados, bem como a sua correta forma de execução, prestando as informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- III** - Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado;
- IV** - Solicitar reparação/substituição do objeto do contrato que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito;
- V** - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sendo que essa fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA;
- VI** - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho, através do Instrumento de Medição de Resultados – IMR;
- VII** - Assegurar-se de que os preços Contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras de serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que os mesmos continuem a serem os mais vantajosos para a Administração;
- VIII** - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa vencedora, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo CONTRATANTE, não devem ser interrompidas;
- IX** - Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- X** - Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução do serviço, quando for o caso, com a indicação do respectivo estado de conservação;
- XI** - Efetuar o pagamento do valor constante na nota fiscal eletrônica/fatura, conforme tópico específico que trata sobre pagamento, no de referência;
- XII** - Notificar a empresa sobre eventuais atrasos na entrega/realização dos produtos/serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas no Termo de Referência;
- XIII** - Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, em caso de descumprimento contratual;
- XIV** - Notificar a CONTRATADA para que esta se encarregue de substituir os materiais recebidos, que sejam de incontestável qualidade;
- XV** - É vedado ao CONTRATANTE fazer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais;
- XVI** - É vedado ao CONTRATANTE, através de quaisquer de seus servidores a satisfação dos requisitos da pessoalidade, subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas dos serviços prestados e controle de frequência em relação a qualquer funcionário da empresa vencedora;
- XVII** - O fiscal do contrato, terá a missão de garantir o bom andamento da execução dos serviços, devendo este(s) permanecer(em) no



local do trabalho, em tempo integral, caso necessário, fiscalizando e ministrando a orientação necessária por meio dos prepostos. Os mesmos terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao gestor do contrato, e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

XVIII - No momento imediatamente anterior à assinatura de seus contratos o Departamento de Licitações e Contratos deverá verificar se a licitante vencedora, que iniciará a prestação de serviços, não se enquadra em quaisquer das vedações previstas no Art. 17 da Lei Complementar n.º 123/2006, tomando, as providências para que a Secretaria da Receita Federal do Brasil tenha imediata ciência desta situação;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, devendo apresentar ao fiscal do contrato, relação contendo nome, qualificação e salário do pessoal a ser utilizado nos serviços;

II - Responder, em relação aos empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vale-refeição, vales-transportes etc.

III - Responder por quaisquer danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

IV - Implantar de forma adequada, a planificação, execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as responsabilidades objeto do presente instrumento.

V - Manter a disciplina nos locais dos serviços e os empregados devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes a boa ordem e as normas disciplinares da Administração, acatando todas as orientações do fiscal do contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando, de imediato, os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

VI - Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão de obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços.

VII - Dispor de pessoal com o mesmo nível de qualificação e formação exigido no edital, para as eventuais substituições por motivo de férias, licenças e faltas de qualquer natureza.

VIII - Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pelo CONTRATANTE.

IX - Assumir, por meio de seus encarregados, todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito; além de cumprir, e fazer cumprir, os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como as normas de segurança do CONTRATANTE.

X - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas do prédio sede do CONTRATANTE.

XI - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos de qualidade e tecnologia adequadas, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes, devendo observar, ainda, a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

XII - Não permitir, sob pena de rescisão do contrato, o uso de produtos altamente tóxicos, segundo a classificação do Ministério da Saúde.



- XIII** - Atender aos cronogramas estabelecidos pelo CONTRATANTE, executando, eventualmente, quando para tal for solicitado, serviços outros, que estejam diretamente relacionados com o objeto Contratado.
- XIV** - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada pelos empregados nas instalações do CONTRATANTE.
- XV** - Comunicar ao fiscal do contrato, por escrito, preferencialmente por e-mail, qualquer anormalidade de caráter urgente.
- XVI** - Prestar ao fiscal do contrato esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do contrato.
- XVII** - Manter, durante a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XVIII** - Responsabiliza-se pelos seguintes encargos, em especial: fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- XIX** - Manter seu pessoal uniformizado, e identificá-los através de crachás, com fotografia recente.
- XX** - A empresa vencedora deverá fornecer todos os equipamentos de segurança (EPIs e EPCs) necessários ao desempenho das atividades que sejam insalubres ou que ofereçam perigo, de acordo com as normas de segurança do trabalho em vigor.
- XXI** - Providenciar abertura de conta salário para os funcionários para recebimento dos proventos.
- XXII** - A CONTRATADA deverá, através do encarregado ou preposto, a partir de informação dos funcionários terceirizados, comunicar, ao fiscal do contrato, para a tomada de providência, situações como: vazamento de torneiras; luzes acesas sem necessidade, fora de horário de trabalho; equipamentos elétricos esquecidos ligados; saboneteiras/toalheiros quebrados; tomadas e espelhos soltos; fios desencapados; vidros quebrados; fechaduras quebradas; etc.
- XXIII** - A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente, por meio expresso, ao fiscal do contrato, caso tome conhecimento, de situações que caracterizem pessoalidade, subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas dos serviços e controle de frequência em relação a seus funcionários, por parte de servidores ou membros do CONTRATANTE, para as devidas providências.
- XXIV** - Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Termo de Referência.
- XXV** - Executar serviços, em caráter excepcional, em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento das atividades do CONTRATANTE.
- XXVI** - Acatar todas as orientações do fiscal do contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização prestando, de imediato, os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.
- XXVII** - Obedecer ao que for pactuado no Instrumento de Medição de Resultado, descritos no Termo de Referência.
- XXVIII** - Executar os serviços objeto deste contrato dentro dos padrões de qualidade e de acordo com o Edital, o Termo de Referência e das normas que dispõem sobre critérios de Sustentabilidade ambiental.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INADIMPLEMENTO

I - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a atualização monetária será calculada por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = VA \times N \times I$, onde:

EM = Encargos Moratórios

VA = Valor em Atraso



N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a efetivamente realizada

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{i}{100}$$

365

$$I = \frac{6}{100}$$

365

$$I = 0,00016438$$

i = taxa percentual anual no montante de 6% (seis por cento).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A compensação financeira deverá ser cobrada em nota fiscal/fatura após a ocorrência, desde que certificada pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A inadimplência da CONTRATADA com referência aos seus encargos sociais, comerciais e fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

I - O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) meses contados da data de expedição do contrato, convalidado pela assinatura dos signatários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a vigência deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É vedada a veiculação de publicidade acerca deste contrato por parte da CONTRATADA, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL (DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES)

I – Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no caput do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

II – Deverão, ainda, ser observadas as disposições contidas nos artigos subsequentes (126 a 136), da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

I - Não será admitida a subcontratação do objeto da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

I - A fiscalização dos serviços prestados/materiais fornecidos ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega destes, e de tudo dar ciência à Administração.

II - O fiscal do contrato procederá à avaliação das especificações dos produtos encaminhados pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital de



Licitação.

III - A fiscalização de que trata este item não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme disposto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I - As sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021 e respectivos critérios sobre conduta e dosimetria, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme detalhado nos próximos itens.

II - O licitante ou a CONTRATADA será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

II.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

II.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

II.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

II.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou na execução do contrato;

II.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

II.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

II.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

III - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21 as seguintes sanções:

III.1 - Advertência, nas hipóteses do inciso I do item 6.86 do Termo de Referência que não acarretem prejuízos ao CONTRATANTE ou quando ocorrer execução insatisfatória, ou, ainda, na ocorrência de pequenos transtornos ao desenvolvimento da prestação dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de uma das sanções previstas nas alíneas “d”, “e” e “f” do referido item (Inciso I do Art. 156 da Lei 14.133/21).

III.2 - Multa moratória por dia de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, proporcional ao item em atraso e nas seguintes condições (art. 162 da Lei 14.133/21):

a) Atraso em até 10 dias, multa moratória de 3%.

b) Atraso entre 11 e 20 dias, multa moratória de 5%.

c) Após decorrido o prazo de 20 dias, o fiscal do contrato deverá aplicar uma das sanções previstas nas alíneas “d”, “e” ou “f” do referido item 6.86 do Termo de Referência.

d) Os prazos previstos nas alíneas b.1, b.2 e b.3 do referido item, poderão ser suspensos, caso a CONTRATADA, tempestivamente, justifique de forma plausível o atraso, e o fiscal do contrato, em não havendo prejuízos ao CONTRATANTE, aceite prorrogar o prazo de



entrega, não podendo ser superior a metade do que foi inicialmente contratado. Após decorrido esse prazo, se iniciará automaticamente a contagem da multa moratória.

d.1) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

IV - Multa compensatória de até 10% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 6.86 do Termo de Referência. (Inciso II e §3º do Art. 156 da Lei 14.133/21).

V - Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE na hipótese do inciso II do item 6.86 do Termo de Referência, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

VI - Impedimento de licitar e contratar com órgãos da esfera estadual, nas hipóteses dos incisos II, III, IV, V, IV e VII do item 6.86 do Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos. (§4º do Art. 156 da Lei 14.133/21).

VII - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas hipóteses dos incisos II, III, IV, V, IV e VII do item 6.86 do Termo de Referência, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item “e”, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 6.86 do Termo de Referência, pelo prazo de 3 (três) até 5 (cinco) anos. (§5º do Art. 156 da Lei 14.133/21).

VIII - A aplicação das sanções previstas nas alíneas “d”, “e” e “f” do item 6.86 do Termo de Referência não acarretará automaticamente a rescisão dos contratos já firmados com o CONTRATANTE ou em curso de execução.

IX - As sanções previstas nas alíneas “d”, “e” e “f”, do item 6.86 do Termo de Referência, poderão ser aplicadas juntamente com as da alínea “c”. Será facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para as sanções das alíneas “d” e “e” e 10 (dez) dias corridos para as sanções da alínea “f”, todas do já referido item 6.86.

X - Antes da aplicação de qualquer sanção será garantido ao licitante o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

XI - Os valores das multas deverão ser recolhidos na Diretoria de Finanças do CONTRATANTE no prazo estabelecido no DAE, sendo cobrada judicialmente caso ocorra sua inadimplência.

XII - As penalidades aqui previstas não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento, devidamente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE.

XIII - Situações agravantes:

XIII.1 - As sanções indicadas poderão ser majoradas em 50% para cada agravante até o limite de 60 meses, se ocorrer uma das situações a seguir:

a) Reincidência: Quando o licitante/ CONTRATADA já possuir registro de penalidade aplicada no âmbito da esfera estadual pela prática de qualquer das condutas tipificadas nos itens “d”, “e” e “f”, nos 12 meses anteriores ao fato que decorrerá a aplicação de nova penalidade.

b) Notória impossibilidade de atendimento ao edital: Quando comprovadamente o licitante desclassificado ou inabilitado não detinha condições de atender ao exigido em edital.

c) Deliberado não atendimento de diligências: Quando de forma deliberada (intencional) o licitante não atender ou responder



solicitações relacionadas a diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação da instrução do processo licitatório.

d) Declaração falsa de tratamento diferenciado: Quando comprovadamente o licitante apresentar declaração falsa de que possui direito à tratamento diferenciado previsto em legislação específica.

XIV - Situações atenuantes:

XIV.1 - As penas previstas nos incisos IV, VI, VIII, poderão ser reduzidas em 50% (uma única vez) após a incidência do previsto na alínea "f", quando não houver nenhum dano à Administração, em decorrência dos seguintes atenuantes:

- a) Falha perdoável:** Quando a conduta praticada pelo licitante ou CONTRATADA for comprovadamente decorrente de falha escusável.
- b) Vícios alheios à conduta do particular:** Quando a conduta praticada for decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante/CONTRATADA; ou que não sejam de fácil identificação, devidamente comprovado.
- c) Documentação equivocada que não atende ao edital, com ausência de dolo:** Quando a conduta praticada pelo licitante/CONTRATADA decorrer da apresentação de documentação que não atende às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco no seu encaminhamento e não existir dolo na referida conduta.

XV - A aplicação das penas previstas no presente item, que trata sobre as sanções, não exclui outras sanções previstas no edital, contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal dos envolvidos, inclusive perdas e danos causados para a Administração.

XVI - Para a apuração dos fatos e das condutas praticadas, baseada no princípio da boa-fé objetiva, a Administração poderá promover diligências visando o esclarecimento de dúvidas e a apuração da veracidade das informações, bem como considerar todas as provas e documentos apresentados pela defesa dos envolvidos. Diligências poderão ser, inclusive, requisitadas pelo acusado, o qual terá direito ao contraditório e à ampla defesa, juntando ao processo todo meio de prova necessário à sua defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

I - Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da CONTRATADA, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas no Termo de Referência.

II - Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade da CONTRATADA, podendo ser contemplados na proposta da licitante e devendo ser debitados dos valores depositados.

III - A futura CONTRATADA deve autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

IV - Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

V - A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão



depositados pelo CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

VI - O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do CONTRATANTE promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

VI.1 - 13º (décimo terceiro) salário;

VI.2 - Férias e um terço constitucional de férias;

VI.3 - Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

VI.4 - Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

VII - Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

VIII - O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

IX - Os valores referentes às provisões mencionadas no edital e no Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

X - A CONTRATADA poderá solicitar a autorização do CONTRATANTE para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

XI - Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

XII - A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

XIII - A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

XIV - O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços Contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço Contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS IMPEDIMENTOS

I - É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Membros e Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento do CONTRATANTE, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão de obra que



se enquadre na situação citada acima, conforme disposto no Ato nº 007/2010 da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre.

II - Não deverão ser disponibilizados para funções de chefia da empresa CONTRATADA junto ao Ministério Público do Estado do Acre, prepostos que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO

I - A inexecução total ou parcial deste contrato por parte da CONTRATADA assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do art. 137 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, bem como nos casos citados nos artigos 138 e 139 do mesmo diploma legal, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

II - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a)** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b)** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c)** Indenizações e multas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

I - Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

II - Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

III - A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

IV - O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE / REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

I - A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e será sempre utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de (01) um ano da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, nos termos dispostos no artigo 135, incisos I e II, e §§1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei 14.133/2021.

I.1 - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

II - A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

II.1 - O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

- a)** da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou
- b)** da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.



III - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

IV - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

IV.1 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

IV.2 - A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pela CONTRATADA do aumento dos custos, considerando-se:

- a)** os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- b)** as particularidades do contrato em vigência;
- c)** a nova planilha com variação dos custos apresentada;
- d)** indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- e)** a disponibilidade orçamentária do CONTRATANTE.

IV.3 - A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

IV.4 - As repactuações, como espécie de reajuste, poderão ser formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

IV.5 - O prazo referido no item "c" ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

IV.6 - O fiscal do contrato poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

IV.7 - As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

V - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

V.1 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

V.2 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

V.3 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

a) Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

b) As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, II, "d" da Lei nº 14.133/21.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO

I - Para execução do presente contrato o CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão observar o disposto na Lei 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº. 8.420/2015.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica vedado as partes signatárias deste contrato oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

I - As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente edital com comprometimento na proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento destes dados em meios físicos e digitais.

II - Para efeitos legais, o Ministério Público do Estado do Acre – MPAC, figura na qualidade de Controlador dos dados quando fornecidos à CONTRATADA para tratamento, sendo esta enquadrada como Operador dos dados. Em relação aos dados próprios de suas atividades e tratamento, a CONTRATADA será a Controladora destes.

III - O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará à CONTRATADA, seus empregados e prepostos na obrigação de sigilo, cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.

IV - Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do MPAC, com a responsabilização da CONTRATADA na obtenção do consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste termo, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, não afastadas as penalidades aplicáveis nos termos da LGPD.

V - A CONTRATADA deverá fornecer conhecimento formal aos seus empregados e prepostos das obrigações, deveres, sanções e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do MPAC, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata este item.

VI - A LGPD permite a conservação dos dados pessoais tratados e operados pela CONTRATADA após a finalização do tratamento para o qual foram coletados nos casos listados a seguir, no mais, estes deverão ser eliminados:

- a)** Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
- b)** Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.



c) Uso exclusivo do Controlador, sendo vedado o seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

VII - A CONTRATADA cooperará com o MPAC no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e demais legislações e regulamentações do tema em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público Federal, ANPD e Órgão de controle administrativo em geral.

VIII - O Encarregado de dados indicado pela CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de dados pelo contrato indicado pelo MPAC, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

IX - Para casos considerados omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à CONTRATADA, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos ao setor responsável no MPAC para que decida previamente sobre a questão.

X - Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Termo e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

I - O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário Eletrônico do MPAC e no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, nos termos do art. 174 da Lei n. 14.133/2021, considerando a implantação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantir a ampla publicidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

I - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

I - O foro do presente contrato será o da Comarca de Rio Branco – Acre, para dirimir e resolver qualquer questão oriunda do presente instrumento.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes por meio de assinatura eletrônica.

Rio Branco – Acre, 06 de setembro de 2023.

Marcela Cristina Ozório,

Promotora de Justiça.

Secretária-Geral do MPAC.

Éricka R. Ferreira,

Alfa e Omega Serviços Terceirizados LTDA.



ANEXO

CONTRATO N.º 155/ 2023

Dispensa de Licitação

Processo n.º 19.05.0395.0000002/2023-50

| LOTE 1 – Prestação de serviços terceirizados – Escritório de Representação - Brasília/DF | | | | | |
|--|-----------|---------------------------------------|------------|----------------------|--------------------------------|
| Posto de serviço | | V. unit. M2 (limpeza) homem/mês | Quantidade | Preço Mensal | Preço Total (para 03 meses) |
| Servente de Limpeza | Piso frio | R\$ 6,48 | 681,31 m2 | R\$ 4.414,89 | R\$ 13.244,67 |
| | Banheiros | R\$ 25,93 | 47,69 m2 | R\$ 1.236,60 | R\$ 3.709,80 |
| Copeiro | | R\$ 4.590,84 | 01 | R\$ 4.590,84 | R\$ 13.772,52 |
| Garçom | | R\$ 5.941,78 | 01 | R\$ 5.941,78 | R\$ 17.825,34 |
| Recepcionista | | R\$ 5.930,16 | 01 | R\$ 5.930,16 | R\$ 17.790,48 |
| Valor Mensal do Lote 1 | | | | R\$ 22.114,27 | - |
| Valor Global do Contrato para 03 (três) meses | | | | - | R\$ 66.342,81 |



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA CRISTINA OZORIO, Secretário(a)-Geral (em exercício)**, em 06/09/2023 às 16:03:13, conforme o Ato nº. 8/2021, de 19/03/2021, da Procuradoria-Geral de Justiça.



Documento assinado eletronicamente por **ÉRICKA R. FERREIRA**, em 11/09/2023 às 12:19:44, conforme o Ato nº. 8/2021, de 19/03/2021, da Procuradoria-Geral de Justiça.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.mpac.mp.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela B5YA.N7BW.8CCH.WFZF